



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MARIA JOSÉ BENTO GUEDES

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO ROMANCE *ÚRSULA*

**GUARABIRA
2021**

MARIA JOSÉ BENTO GUEDES

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO ROMANCE *ÚRSULA*

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Suely da Costa

**GUARABIRA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G924r Guedes, Maria José Bento.
A representação da mulher negra no romance Úrsula
[manuscrito] / Maria Jose Bento Guedes. - 2021.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Suely da Costa ,
Coordenação do Curso de Letras - CH."

1. Literatura. 2. Questões étnico-raciais. 3. Ensino. 4.
Úrsula. I. Título

21. ed. CDD 372.4

MARIA JOSÉ BENTO GUEDES

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO ROMANCE ÚRSULA

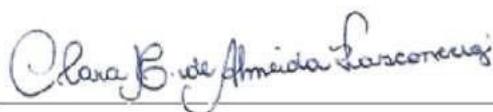
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de Letras
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Letras

Aprovada em: 01/10/2021.

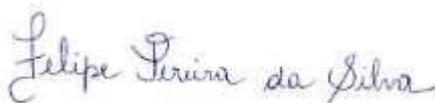
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Suely da Costa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma Clara Mayara de Almeida
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Felipe Pereira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA	9
3. ASPECTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA	14
4. O FEMININO REPRESENTADO PELA PRETA SUSANA	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	23

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO ROMANCE *ÚRSULA*

Maria José Bento Guedes¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura em torno da representação do feminino negro presente na obra *Úrsula* (1859), romance de autoria da Maria Firmina dos Reis. O foco está em discutir quais reflexões sobre o contexto escravocrata é possível levar ao leitor em formação na educação básica sobre as questões étnico-raciais. Em função disso, tem como referencial teórico os estudos de Candido (1989); Castilho (2004); Conduru (2007); Duarte (2011); Duarte (2013); Filho (2004); Gomes (2010); Lopes (2005); Machado (2018); Matos (1976); Moura (2005); Oliveira (2008); Reis (1989); Reis (2018); Teodoro (2005); Veríssimo (1936), entre outros, que situam sobre o negro na literatura brasileira antes do período de *Úrsula* (1859), a mulher na literatura e a literatura afro-brasileira no contexto escolar. Trazendo uma metodologia de cunho analítico, a narrativa em questão, possibilita discutir a respeito da importância que a literatura tem para a leitura de questões em torno do processo da escravidão, da violação dos direitos humanos, da resistência, bem como abranger a formação de uma consciência crítica reflexiva.

Palavras-chaves: Literatura. Questões étnico-raciais. Ensino. *Úrsula*.

THE REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN THE *ÚRSULA* NOVEL

ABSTRACT

This article presents a reading of the representation of the black female present in the work *Úrsula* (1859), a novel by Maria Firmina dos Reis. The focus is on discussing which reflections on the slave context it is possible to take to the reader in basic education about ethnic-racial issues. As a result, it has as theoretical reference the studies of Candido (1989); Castilho (2004); Conduru (2007); Duarte (2011); Duarte (2013); Son (2004); Gomes (2010); Lopes (2005); Machado (2018); Matos (1976); Moura (2005); Oliveira (2008); Reis (1989); Kings (2018); Teodoro (2005); Veríssimo (1936), among others, who focus on blacks in Brazilian literature before the period of *Úrsula* (1859), women in literature and Afro-Brazilian literature in the school context. Bringing a methodology of an analytical nature, the narrative in question makes it possible to discuss the importance that literature has for the reading of issues around the process of slavery, the violation of human rights, resistance, as well as covering the formation of a reflective critical awareness.

Keywords: Literature. Ethnic-racial issues. Teaching. *Úrsula*.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português pela UEPB. E-mail: maria.soares19@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com o sistema de capitanias hereditárias, os engenhos passaram a exercer uma forte produção de açúcar no Brasil, e conseqüentemente, surgiu a necessidade de mais trabalhadores. Foi na década de 1550, que os primeiros africanos chegaram ao Brasil através do tráfico negreiro que surgiu pela necessidade dos portugueses em continuar a mão de obra escrava, visto que o número de indígenas já não era suficiente.

Com o aumento do tráfico negreiro, os donos de fazendas buscavam cada vez mais negros para trabalharem nas lavouras, assim como para fazerem serviços na casa grande, como era o caso das mulheres negras, que realizavam trabalhos domésticos. Apesar da realidade dos escravos com trabalhos excessivos, as mulheres escravizadas ainda eram obrigadas a suportar a violência sexual advinda, gerando uma gravidez que muitas vezes eram obrigadas a interromper, quando não nasciam filhos ilegítimos, os bastardos.

Compreender o contexto do Brasil escravocrata e buscar entender como os sujeitos negros, tinham que lidar com formas de perda de identidade cultural e individual, já que eram forçadas a abandonar sua cultura, costumes e hábitos para serem inseridas em um modo de produção exploratório, perdendo não só a liberdade. Com efeito, por muito tempo, foram excluídos da historiografia ou, simplesmente, vistos como seres submissos e dóceis que, por séculos, aceitaram a escravidão de bom grado.

Contudo, há registros de que as formas de resistência negra eram das mais variadas, desde a formação de quilombos, com fugas, reprodução da cultura ancestral, deste a resistência por meio da conformação, adaptando-se à realidade do cotidiano. O século XIX brasileiro, foi marcado por diversos acontecimentos, como a chegada da Coroa Portuguesa, a abertura dos Portos até a abolição da escravatura com a Lei Áurea em 1888. Já no século XIX, era comum os escravizados recorrerem a leis para lutarem por direitos (REIS, 1989).

Para este estudo, temos como objeto de análise a obra *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis, escrito em 1859, ambientada na representação do negro escravizado no século XIX. O foco de nossa leitura está na personagem negra, cuja narrativa mostra como era o papel do negro, principalmente o ser feminino, e como era o sistema escravocrata e a negação dos direitos humanos.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, no dia 11 de outubro de 1825, e morreu na cidade de Guimarães, Maranhão, na data de 11 de novembro de 1917. Maria Firmina foi uma das primeiras romancistas brasileiras. Além de *Úrsula* (1859) ela escreveu obras como um conto indianista *Gupeva* (1871) e um conto abolicionista *A escrava* (1887) e entre outros poemas publicados em jornais da cidade do Maranhão.

A obra *Úrsula* (1859) ganha mais destaque, por ser uma obra escrita por uma mulher negra em um período em que as mulheres não tinham poder de voz, quebrando assim com uma base dos estereótipos imposto pela sociedade patriarcal. Haja vista a literatura no século XIX ser escrita com predominância masculina, uma vez que ainda com preconceitos, as mulheres foram muitas vezes silenciadas pela sociedade patriarcal.

Nesse contexto oitocentista, no qual era considerado quase impossível que algum negro pudesse ter parte como escritor ativo no âmbito social, Maria Firmina não estava só. Outras expressões, a exemplo do poeta João da Cruz e Sousa (1861-1898) e a poetisa da segunda geração romântica Auta de Souza (1876-1901), a escritora, romancista, professora e abolicionista Maria Firmina dos Reis (1825-1917) se inscreve como a primeira escritora romancista brasileira do século XIX, representando em sua obra a realidade do período escravocrata e integrando o acervo literário do romance brasileiro.

É fato que em uma sociedade letrada o acesso à literatura deva ser um direito, e assim sendo o seu acervo deve ser tanto múltiplo, quanto representativo da diversidade cultural de seu povo, razão de sua existência. Entretanto, a promoção do acesso à leitura literária no Brasil historicamente tem alcançado apenas por uma parcela da população que tem acesso a livrarias, ficando a cargo das bibliotecas públicas o papel de maior universalização.

No contexto atual, apesar do número de escritoras mulheres ser cada vez maior, ainda é difícil o acesso da literatura de autoria negra na sala de aula. Sendo assim justifica-se o presente trabalho como forma de abranger a representação da escrita feminina assim como da personagem negra, mostrando como foi o período escravocrata. Sua leitura e reflexão pode abrir caminho para um novo olhar na educação, levando em conta a diversidade histórica e cultural, de modo a gerar uma sociedade mais justa e menos preconceituosa com relação aos negros.

A obrigatoriedade das leis 10.639/03 e 11.548/08 (BRASIL, 2004), que estabelece algumas mudanças na grade curricular da educação básica nacional com a inserção de conteúdos referentes à história, cultura e literatura africana e afro-brasileira e indígena em sala de aula, tende a auxiliar para maior inserção do debate em torno das relações étnico-raciais no contexto escolar.

O fato da obra *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis não estar disponível em escolas de ensino básico, embora seja possível encontrar edições disponíveis na internet, mostra que a arte literária afro-brasileira ainda é pouco divulgada entre o povo brasileiro, mesmo a partir do surgimento de várias políticas públicas afirmativas, a exemplo das citadas leis, com o propósito de desconstruir antigos preconceitos inerentes aos negros socialmente.

Para este estudo, o objetivo está em analisar a representação da mulher negra na obra *Úrsula* (1859), com fins de verificar quais possíveis reflexões a obra pode levar ao leitor em formação na educação básica sobre as questões étnico-raciais. Em função disso, abordaremos uma discussão pedagógica entre a obra e o poder de reflexão para com o leitor na contemporaneidade do ponto da representação feminina.

Para fundamentar este artigo, usamos autores como Candido (1989); Castilho (2004); Conduru (2007); Duarte (2011); Duarte (2013); Filho (2004); Gomes (2010); Lopes (2005); Machado (2018); Matos (1976); Moura (2005); Oliveira (2008); Reis (1989); Reis (2018); Teodoro (2005); Veríssimo (1936).

Como requisito metodológico, utilizamos uma perspectiva analítica da obra literária *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, assim como do referencial bibliográfico de apoio à leitura estética e historiográfica. Os pontos discutidos neste trabalho vão desde uma breve introdução acerca do período escravocrata e a representação da mulher na literatura, assim como o conceito teórico que aborda autores que justificam os assuntos abordados juntamente com conceitos sobre o ensino da literatura Afro-Brasileira na sala de aula.

2. A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA

A literatura é uma arte que se manifesta por meio da linguagem, daí a sua relevância no contexto de formação de leitores como a sala de aula. Como a literatura está intrinsecamente relacionada com a sociedade, existe um interesse em aproximar os estudos literários dos estudos culturais, com esse propósito a literatura tornou-se

objeto relevante nos currículos, uma que esta dialoga com as diversas áreas de conhecimento, de forma que a leitura literária possibilita o acesso ao mundo cultural.

Com efeito, a produção literária, seja poética ou ficção, muitas vezes, mostra a seu modo a realidade presente na sociedade. Sendo assim, o estudo literário garante na sala de aula uma série de reflexões, pensamentos e possibilidades que auxiliam para se entender e conhecer questões relevantes na sociedade a exemplo da discriminação racial que ainda permanece enraizada no âmbito social. A respeito da literatura, Candido (1989, p. 113), observa que:

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Quanto à literatura afro-brasileira, como uma das faces da literatura brasileira, destaca-se em por em foco para o leitor a interação dinâmica de cinco grandes fatores – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público; conforme pontua DUARTE (2011, p.17):

Alguns identificadores podem ser destacados: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo.

A literatura, como um gênero textual, deve, pois, fazer parte do ensino. A leitura da obra literária possibilita novas práticas para o desenvolvimento de competências de leitura sob um viés crítico, de modo que a literatura é indispensável nas escolas como práticas educativas.

Do ponto de vista da formação leitora, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), registra que:

Para desenvolver essa competência, os estudantes de Ensino Médio precisam analisar e compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se dão diversas práticas e discursos. Isso significa interpretar de modo contextualizado tanto produções artísticas (uma pintura como Guernica, uma peça teatral como Macunaíma, uma obra literária como Terra sonâmbula, uma peça musical para coro e orquestra como Choros nº 10 ou uma canção como O bêbado e a equilibrista, um espetáculo de dança como Gira em suas relações com a música do Metá Metá etc.) quanto textos

de outros campos (como o remix político George Bush/Imagine ou determinado projeto de lei ou uma notícia acompanhada de artigos de opinião em algum veículo jornalístico, entre muitos outros exemplos). (BRASIL, 2018, p. 484)

Dentre as diversas possibilidades no manuseio com as obras literárias, é fato que estas apresentam um poder de reflexão sobre as mais variadas questões da sociedade. Do ponto da representação do negro, a questão da discriminação racial, pode, inclusive, ser trabalhada com alunos em formação na educação básica, a fim de conscientizá-los sobre as formas de preconceitos existentes. Como também a construção de novos conceitos em torno da construção de identidades positivas. Sendo assim, a literatura pode ser usada não apenas para gerar conhecimentos aos leitores, mas ajudá-los a desenvolver uma consciência livre de preconceitos relacionados à discriminação racial.

Quanto à relevância de ser matéria de sala de aula, Lopes (2005, p.187) destaca:

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, e buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. Forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem. O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

Possibilitando que a literatura afro-brasileira ganhasse mais espaço na sala de aula, a Lei 10.639/03 foi aprovada alterando a Lei de Direitos e Bases da Educação tornado obrigatório nos currículos a história e cultura afro-brasileira e africana. Essa abertura propicia estudos das literaturas afro-brasileiras e africanas, visto que, ambos trazem em suas obras os traços marcantes do negro, nos contextos social, político, econômico e cultural. Entretanto, apesar da lei fazer valer tal prática, ainda existe uma série de dificuldades no seu ensino, haja vista que em muitas escolas, a falta de professores que conhecem tais assuntos ainda é enorme, assim como, a falta de materiais para trabalhar em sala. Nesse sentido, Oliveira (2008, p.01) ressalta que:

As relações étnico-raciais em nosso país são marcadas, historicamente, por profundas desigualdades socioeconômicas, haja vista a perpetuação do racismo no seio social, realimentado ao longo do tempo por diversas facetas e dissimulações como, por exemplo, o mito da democracia racial e o eurocentrismo curricular. Emerge, daí, a sua propagação e desdobramentos no espaço escolar, nas relações sociais, na mídia, nas artes e na literatura. Diante desse quadro geral, enfrentaremos grandes desafios para fazer valer a Lei Federal 10.639/03, em virtude da carência de docentes na área das relações étnico-raciais e, também, da parca publicação e circulação de materiais didáticos, teóricos e literários pertinentes à demanda atual, que é primar pela valorização e ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira, sem cair nas teias enredadas pelo racismo à brasileira.

Outro fato que se destaca é a gestão escolar que, muitas vezes, não possibilita o ensino da literatura Afro-Brasileira nas escolas com oferta de materiais específicos. Os professores acabam sendo obrigados a trabalhar com literaturas que não tratam do negro, impossibilitando um trabalho pedagógico de maior eficácia na desconstrução dos preconceitos raciais no ambiente escolar, como cita Gomes (2010, p.07):

[...] Do ponto de vista histórico, da história da educação do negro no Brasil, isso é significativo. Mas o grande desafio é esse contexto das resistências, da democracia racial, de reconhecimento do racismo e do que o racismo significa na escola e na vida de pessoas negras e brancas que circulam pela escola pública brasileira. Esse contexto inviabiliza o enraizamento da lei. Juntamente com isso, ainda precisamos de políticas públicas mais efetivas que garantam a implementação da lei. Temos em nível macro iniciativas, mas as iniciativas em nível micro ainda deixam muito a desejar. Temos hoje o desafio de enraizar a lei nas práticas pedagógicas e na gestão, tanto no sistema de ensino, nas secretarias estaduais e municipais, quanto nas escolas. A gente tem conseguido alcançar mais professores e professoras do que aqueles que estão nos órgãos de decisão e de poder. Muitas vezes você tem práticas com professores mobilizados dentro de uma determinada instituição escolar, mas as decisões que tomam para implementação das leis e diretrizes são vetadas, inviabilizadas, ou não recebem apoio e, quando você vai ver, tem uma implicação da gestão da escola, da coordenação pedagógica ou da gestão do sistema.

Contudo, tendo em vista a diversidade de sujeitos que formam a sala de aula, é premente que a escola venha abolir qualquer forma de preconceito, somente assim poderá construir uma prática pedagógica para uma educação antirracista. Nesse processo, a presença da literatura afro-brasileira na sala de aula pode muito contribuir para que seus leitores possam experimentar experiências e refletir sobre questões relacionadas ao negro, não somente referentes à escravidão, mas, sobretudo, sobre a luta pelo reconhecimento de direitos humanos negados ao povo negro, de modo a desconstruir o preconceito racial. Sobre tal aspecto, as Diretrizes Curriculares Nacionais registram:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizado vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004, p. 15)

O ensino das temáticas africanas e afro-brasileiras devem propiciar aos leitores/estudantes não apenas o ensino de culturas e literaturas específicas, mas o respeito como um dos principais meios de cessar o preconceito e a discriminação social com fins de construção de nova mentalidade nas relações étnico-racial. Somente conhecendo sobre a nossa história e cultura, é possível compreender as questões presentes nas relações sociais. Segundo Teodoro (2005, p. 83):

A pluralidade faz surgir um país feito a muitas mãos, onde todos juntos, vindos de tradições diversas, com distintas formas de arrumar o mundo, com inúmeras concepções do belo, conseguem criar uma comunidade plena da consciência da importância da participação de cada um na construção do bem comum. Todos podem ser diferentes mas são absolutamente necessários. Só com esta união na diversidade se constrói um mundo novo, onde se respeita a maneira de cada um falar com Deus, de invocá-lo por nomes e ritos adotados segundo a tradição de seu grupo, mas que determina toda a organização e valores da comunidade. A população afro-descendente no Brasil tem características culturais muito marcantes, que precisam ser mais estudadas e entendidas já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer se relacione à linguagem, à vida familiar, ao sistema simbólico, à comunidade religiosa, à produção do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação).

O ambiente escolar é um espaço onde o processo reflexivo acontece com mais facilidade, visto que os professores buscam associar o fictício com a realidade, para assim despertar pensamentos, dúvidas e reflexão crítica no aluno. A literatura além de está diretamente ligada com a vida em sociedade contribui ainda com a promoção de mudanças sociais. De forma que, como cita Lopes (2005, p. 189)

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

A literatura afro-brasileira contribui para o conhecimento da própria identidade do negro, pois é através das obras literárias que a cultura e origem dos antepassados

se faz presente. Além de contribuir para o processo reflexivo do aluno, o ensino da literatura afro é capaz de ajudar no processo de aceitação, visto que muitos negros são preconceituosos com a sua própria cor. Conforme cita Moura 2005, p.78):

Na verdade, o Brasil nos oferece a estranha imagem de um país de identidade inconclusa, já que, ao longo da história de nossa formação, continuamos a nos perguntar a todo momento sobre quem somos e, assim, o brasileiro, por falta de conhecer melhor a sua história, acaba por não ter condições de se identificar consigo mesmo. Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é aquela dos vencedores, dos colonizadores ou, para precisar a afirmativa, história celebratória das classes econômica e politicamente mais bem sucedidas. Isto porque – e este é outro aspecto a ser considerado – a história transmitida na escola privilegia apenas o registro escrito, quando se sabe que a história dos grupos indígenas ou das comunidades negras rurais, como aliás também toda e qualquer história local, é sempre um relato oral, que só pode ser transmitido pelos mais velhos aos mais novos, através das gerações.

Desse modo, a literatura contém em seus escritos históricos a cultura do povo negro, uma história que só poderia ser contada através de relatos orais. Mas a literatura permite que mais pessoas tenham acesso a esse histórico de cultura, assim como os processos de reflexão que o estudo literário permite.

3. ASPECTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA

Durante muitos séculos o negro era posto na literatura brasileira como objeto, descrito pelo ponto de vista da sociedade branca, dessa forma, o negro ocupava um lugar que muitas vezes entrava na condição de inferioridade devido aos estigmas raciais presente na época. Sendo assim, Filho cita que:

A presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade. Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada. (FILHO, 2004, p. 161)

A literatura negra está presente nos estudos brasileiros desde o século XVII através dos poemas de Gregório de Matos (1636–1696) que usa a ironia como forma de descrever os males causado pelo governo da Bahia. “[...]Quais são os seus objetos? Pretos. Tem outros bens mais maciços? Mestiços. Quais destes lhes são

mais gratos? Mulatos [...]” (MATOS, 1976, p. 37). Percebe-se no fragmento posto que o negro aparece como objeto, não existe significância dentro do poema, pois o negro não tem ação, resistência ou voz.

Outro escritor que fez parte da época foi Gonçalves Dias (1823–1864), escrevendo obras como *A escrava* (1846), texto escrito em forma de poema e *A meditação* (1849), sendo este em prosa.

Mas foi após a abolição dos escravos ocorrida em 1850 que os escritores começaram a escrever obras voltadas para os escravocratas. “Nos textos literários desse período, os escravos eram descritos com desgosto, piedade e de forma desumana”. (CASTILHO, 104, p. 2004).

Dentre as escritoras que traz o feminino como destaque principal em suas obras, destaca-se Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), ela foi uma das primeiras escritoras brasileiras que iniciou publicando textos em jornais da época, mas foi no ano de 1832 que publicou o seu primeiro livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* que aborda uma temática sobre o direito das mulheres.

Anos depois, uma das obras que fez muito sucesso foi a *Escrava Isaura* (1875) escrita por Bernardo Guimarães (1825–1884). Embora a personagem principal é uma escrava branca, a obra mostra bem a vida dos escravos negros e todo sofrimento vivenciado por eles. Foi também no mesmo século que surgiu *Úrsula* (1859) obra de Maria Firmina dos Reis, trazendo a voz da escravidão representada pelo feminino, relatando o tráfico negreiro. Aqui já não é mais o homem branco falando do negro, mas o negro falando de si mesmo como personagem, ganhando voz e posição. Duarte, afirma que:

[...]Maria Firmina dos Reis publicava em São Luís do Maranhão o romance *Úrsula*, em que coloca o negro como referência moral da narrativa. O texto de *Úrsula* se apropria do discurso judaico-cristão a fim de condenar o escravismo e trazer o comovente relato da Preta Suzana sobre a própria captura e a viagem no navio negreiro. E, nesse momento, a ficção ganha contornos fortemente realistas devido à semelhança com relatos memorialísticos de ex-escravos, só posteriormente disponibilizados ao leitor brasileiro. (DUARTE, 2013, p. 149)

As representações das mulheres negras, nas obras literárias, na maioria das vezes são trazidas como escravas, domésticas ou vendedoras, uma relação de desigualdade comparada com as mulheres brancas, que são representadas por grandes personagens. Segundo Conduru, “constrói-se um lugar social e hierarquicamente inferior para a mulher negra ao configurar sua imagem entre o

animal e a coisa, explorando sua condição associada ao trabalho físico”. (CONDURU, 2007, p. 106)

A obra *Úrsula* (1859) destaca um romance marcado pelo patriarcalismo presente na sociedade daquela época, a obra trata de uma triste história de amor que termina em tragédia. Os personagens principais são dois jovens, Úrsula e Tranquedo, trazendo uma história de amor impossível característico daquela época.

Apesar de ser um romance, Maria Firmina faz uma abordagem crítica à escravidão através dos personagens negros que entre eles existe a preta Susana, uma mulher que foi sequestrada na África e obrigada a separar da sua família para embarcar em um navio negreiro, presenciando toda forma de desumanidade presente naquele ambiente. Sobre o Romantismo, Veríssimo cita:

O nosso Romantismo foi a nossa emancipação literária, 1) dotando as nossas letras, até aí quase confinadas na poesia, com o teatro, a história literária, a crítica, os estudos filosóficos, as letras morais, o romance, a novela, o conto, enfim, todos os gêneros literários; 2) traduzindo fielmente os sentimentos e aspirações da nova nacionalidade, ainda vivamente abalada pelos sucessos da Independência, do Sete de Abril, das Regências e da Maioridade; 3) exprimindo tais sentimentos, e a alma nova que aqui se criava, não mais respeitosamente segundo o modelo castiço, porém segundo o nosso falar nativo. (VERÍSSIMO, 1936, p.133-4)

Segundo Veríssimo, foi através do Romantismo que a literatura ganhou mais sentimentos nos diversos gêneros literários. Inicialmente, o Romantismo se fazia presente apenas em poesias e prosas, logo, passou a fazer parte de obras literárias, teatros e novelas.

Diante de várias obras publicadas, a negação dos direitos humanos se faz presente nos enredos, mostrando que o povo negro tinha seus direitos negados. Fato este que surgiu com a intenção de garantir à sociedade a busca e o reconhecimento desde, já que a população negra é extremamente afetada pela falta de reconhecimento dos seus direitos.

A mulher negra, sobretudo, é violada pelo racismo presente na sociedade, pelas suas roupas, pelos olhares de preconceituosos, pela falta de trabalho e pelo fato de ser apenas mulher. A população negra luta até os dias atuais para ter seus direitos aceitos pela sociedade e acabar com a desigualdade existente no Brasil. Segundo o Instituto AMMA:

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor,

cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições (DFID; Instituto AMMA Psique e Negritude, 2007, p. 15).

A literatura também faz parte dos direitos humanos, visto que deveria ser um direito de todo cidadão, porém, essa não é uma realidade no Brasil. Os defensores de seus direitos buscam por igualdade e aceitação, mas não é comum ver alguém lutando por uma literatura de acesso igualitário, que possa atender ao público independentemente de cor, raça, ou classe social. Segundo Candido:

Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (CANDIDO, 1989, p. 03)

Dessa forma, a luta pelos seus direitos não se conduz apenas ao necessário perante a sociedade, mas ao direito de poder exercer sua crença bem como os costumes ligados a sua cultura e sua arte.

4. O FEMININO REPRESENTADO PELA PRETA SUSANA

Historicamente, coube à mulher uma condição de subalternização e silenciamento nas relações sociais. Sendo esta uma mulher negra, em contexto de escravidão, agrega-se a simbologia da opressão e violência. Dessa forma, as questões que envolvem o feminino negro revelam que estas foram historicamente destituídas dos seus direitos, cujos reflexos ainda marcam efeitos na sociedade atual quando questões raciais despontam como indicadores de preconceitos e discriminação.

A obra *Úrsula*, publicada em 1859, de Maria Firmina dos Reis, mostra pela primeira vez na literatura brasileira de autoria feminina negra um enredo que contém personagens negros a ganhar voz na trama narrativa. Embora seja um romance típico da época em que foi escrito, contexto do século XIX, marcadas por histórias de amor, os personagens negros, especialmente a Preta Susana, retratam a sua história de

vida a partir de suas próprias experiências. Ela era uma mulher livre e feliz com sua família vivendo na África, quando de repente fora capturada por homens para ser levada ao navio negreiro e transportada para as terras brasileiras passando a servir na condição de escrava. No decorrer da narrativa, é possível sentir o sofrimento descrito pela Preta Susana, sendo assim, a análise do trabalho discorre apenas da escrava.

Apesar da vida dura levada pelos escravos, o sorriso e a bondade ainda reinava no coração daqueles que eram bruscamente castigados sem motivo algum ou justificados pela condição servil. As mulheres negras escravas, muitas vezes faziam o papel de mãe daqueles que não mais as tinham, ajudando-lhes a curar feridas causadas pelos castigos. Os negros quando jovens eram separados das mães, vendidos pelos donos das fazendas, isso fazia com que outras escravas cuidassem como filho. “E aí havia uma mulher escrava, negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz [...]”. (REIS, 2018, p. 118).

Face aos episódios narrados, verifica-se uma perspectiva crítica, uma vez que os momentos de sorriso logo se transformavam em tristeza quando as lembranças do passado da Preta Susana se faziam presente em sua mente, fazendo recordar a época em que realizava as colheitas na sua terra, gozando da própria liberdade. Essa situação era comum em conversas com outros escravos, visto que de alguma forma, foram obrigados a deixar sua antiga vida para trás. Vejamos o trecho que segue:

A Africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou: Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade!. (REIS, 2018, p. 120)

A passagem mostra que essa saudade da vida de antes, da liberdade, da família, era a única coisa que ninguém poderia apagar da vida dessas pessoas, haja vista que era nos momentos de dor e aflição que os negros, agora escravos, se apegavam as suas lembranças dos breves momentos de felicidade. Em conversa com o escravo Túlio, mãe Susana demonstra sua amargura de ter sido forçada a abandonar sua terra onde vivia em constância felicidade e liberdade:

Continuou Susana com amargura. – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de

prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respire amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas pratas. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: - uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 121).

A Preta Susana representa na obra de Maria Firmina dos Reis, dentro do contexto escravocrata, a resistência do povo negro, descrevendo tudo isso em primeira pessoa. Ao reconstruir uma memória, descrita no próprio enredo, dá voz à narrativa da violação dos direitos humanos ao ser presa e destituída de “pátria, esposo, mãe, filha e liberdade”, uma mostra de que a pessoa escravizada não era vista como um ser social:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS, 2018, p. 122)

A memória de tudo que fora negado de forma violenta se inscreve como resistência, considerando que naturalização da opressão, da violência e a subalternização não sucumbiram suas lembranças identitárias que vivem no tributo da saudade. A personagem Suzana, assim, representa o indivíduo composto de historicidade, no sentido de que o ser humano não é somente mais um ser no universo, mas que ele traz consigo uma herança histórica.

As marcas de violação constante dos direitos humanos, se revelam na caracterização da dor é ainda maior quando Susana descreve a trajetória dentro do navio negreiro, tudo que ela passou para sobreviver naquele atroz ambiente, tendo que suportar aos maus tratos daqueles homens bárbaros, sob um trata de seres humanos coisificados em mercadoria. Como descrito no trecho a seguir:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis

tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepulture até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão, fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davamos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse ultimo extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor era da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (REIS, 2018, p. 122)

Para além de todo sofrimento vivido dentro do navio, Susana ainda sofreu bastante das terras onde trabalhou, comprada por donos de fazendas. Local em que ela e seus irmãos eram punidos constantemente por coisas insignificantes. Tudo era motivo para que seu senhor ordenasse o castigo, uma pratica cruel de manter sob o medo a ordem e a obediência servil. Quanto isso, vejamos o trecho:

O comendador P. foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, por que passaram, doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se davam a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça. (REIS, 2018, p. 123)

O comendador P. era um senhor bastante cruel e capaz de realizar as mais violentas atrocidades para conseguir o que desejasse. Pelas suas atitudes, Susana foi uma mulher de muita coragem quando ajudou Úrsula e Tranquedo a viver o amor, mesmo sabendo que poderia custar a sua própria vida por isso, conforme citado no trecho:

Que me tragam sem detença Susana. Ouvis, senhor? Que a tragem de rastos. Que a atem à cauda de um fogoso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e... senhor comendador – observou o homem, que recebia as ordens – ela chegará morta. – morta?... Não, poupem-lhe um resto de vida, quero que fale, e demais reservo-lhe outro gênero de morte. O homem mordeu os lábios de indignação e perguntou: nada mais ordenais? Sim – tornou ele – quero que dobre hoje o serão destes marotos. Ah! Esta cáfila de negros, só surrados, e... (REIS, 2018, p. 172)

A motivação que levou Susana a agir em nome do amor, revela seu lado sensível para com o direito alheio de amar. Embora ciente das possíveis consequências do seu feito, não se acomodou à submissão imposta e lutou em nome da liberdade. A cena trágica, retratada no castigo merecido em função da desobediência, põe em foco a escravidão como um sistema humilhante e perverso, caracterizando em uma crítica explícita ao sistema. Postura esta que singulariza a narrativa de Maria Firmina em comparação a outras de seu tempo que, ao invés de confirmar, repudia o discurso institucionalizado da escravidão, assim como registra Machado (2018, p.14):

Vêm consolidando um lugar único para Maria Firmina dos Reis em nossa história e cultura: o de uma mulher que ultrapassou todas as barreiras raciais, sociais e de gênero, mostrando ao mundo que mulheres Pretas e homens negros têm consciência e agência históricas, sendo capazes de, com suas vozes, desfazer as teias da opressão e do silenciamento gerado pela escravidão.

A leitura de *Úrsula* (1859) no contexto de ensino, portanto, tende a ser uma forma de incentivar leitores a buscar novas visões, a fim de gerar novos conhecimentos através da linguagem literária, na perspectiva de assuntos relacionados a práticas racistas, direitos humanos e a cultura afro-brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura se revela como um importante gênero textual cuja presença na sala de aula é necessária, considerando que, ao ler narrativas literárias a exemplo do romance objeto de estudo, o leitor é transportado para um outro lugar, o do imaginário e da fantasia, no qual terá oportunidade de aprender e vivenciar novas emoções e situações através das histórias presentificadas e resignificadas pelo mundo real.

Diante dos fatos apresentados, percebe-se que o romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis traz em seu contexto questões relacionadas ao negro possíveis de gerar reflexões ao leitor, como as relações humanas fora e dentro do sistema escravocrata, a negação dos direitos humanos em torno da violência, da submissão, do servilismo, do silenciamento, da negação de da história e identidades.

O olhar sobre a personagem da Preta Susana faz identificar uma narrativa de afirmação de sua africanidade, uma vez que esta põe sob foco sua experiência de

vida em liberdade na África antes de se tornar prisioneira para ser escravizada no Brasil.

O que está em destaque na trama narrativa da escritora maranhense não é apenas a violência sofrida pela mulher negra desde os maus tratos suportados no navio negreiro e depois na fazenda onde fora entregue como escrava. Dentre os pontos possíveis de reflexão é possível destacar que: o negro ganha voz, pois coube a Preta Susana expor sua ancestralidade marcada valores, respeito humano e liberdade; a personagem negra é representada fora de uma visão estereotipada e negativista, antes disso tem-se uma representação de valorização de sua identidade negra; ao fazer ver o sistema escravocrata como humilhante e perverso, chama a atenção para a relação Brasil África em termos de reconhecimento cultural e humano.

Diante dos pontos em destaque, embora seja possível observar outros, já se concluiu quão significativo é a presença desta narrativa em contexto de sala de aula como instrumento de formação leitora. Isso porque o romance *Úrsula* (1859) pode ser um instrumento para a reflexão de questões em torno da mulher e das relações étnico-raciais, mostrando o potencial que a literatura tem em trabalhar as competências de leitura e interpretação crítica para com seus leitores de uma forma contextualizada, sejam no tempo da narrativa, século XIX, seja na contemporaneidade do séc. XXI. Consideramos que “a literatura, devido à carga simbólica transmitida por seus discursos diversos, pode contribuir efetivamente com a afirmação de identidades, rompendo com ideologias fundantes de desigualdades étnico-racias.” (COSTA, BEZERRA, 2016, p. 95)

A compreensão é a de que a leitura dessa obra tende a proporcionar ao leitor um processo de reflexão sobre o que o negro passou e vem passando ao longo dos anos por uma sociedade cujas práticas de racismo e preconceito são reincidentes. Sua trama, ao revelar como os aspectos políticos e econômicos subsidiaram a escravidão no Brasil, fornece meios de compreender o processo da escravidão do povo negro como uma prática de violação dos direitos humanos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

BRASIL, Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 09 de janeiro de 2003.

CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e literatura**. In: A.C.R. Fester (Org.) Direitos humanos E... Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

CASTILHO, Suely Dulce de. **A representação do negro na literatura brasileira**; Novas Perspectivas, Olhar de Professor, vol. 7, núm. 1, 2004, pp. 103-113. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Paraná, Brasil.

CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

COSTA, Maria Suely da; Alves, Rosilda B. “A lei 10.639/03 e o combate ao racismo através da literatura infantil e suas relações étnico-raciais”. In: **Estudos Étnico-raciais na Educação Básica** (Org. Fonseca, Ivonildes da Silva; Costa, Marta Furtado da.; Chagas, Waldecir /ferriera /chagas), João Pessoa: Editora Imprell, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O negro na literatura brasileira**. Navegações, Porto Alegre. V. 6, n. 2. P. 146-153, Jul./Dez. 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. “**Por um conceito de literatura afro-brasileira**”; In: DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. S. (Org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DFID (Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional); INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília, DF: Articulação para o combate ao racismo institucional (CRI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. estudos avançados 18 (50), 2004

GOMES, Nilma Lino. **Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas**. In: Revista Nação Escola, n.2 – NEN (Núcleo de Estudos Negros), 12 Florianópolis-SC: ATILÊNDE, 2010.

LITERATURA BRASILEIRA. In: VERÍSSIMO, J. **Letras e literatos: estudinhos críticos da nossa literatura do dia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos**. In: **Superando o**

Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: **invisibilidade e presença de uma romancista Preta no Brasil do século XIX ao XXI.** In. REIS, Maria Firmino dos. Úrsula. São Paulo: Penguin Classics Companhia de Letras, 2018.

MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos**, sel., introd. e notas de José Miguel Wisnik, São Paulo, Cultrix, 1976, p. 37

MOURA, Glória. **O Direito à diferença.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros.** – São Paulo: ABRALIC, 2008.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Entre Zumbi e pai João, o escravo que negocia.* In: **Negociação e Conflito – resistência Preta no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TEODORO, Helena. **Buscando Caminhos nas Tradições.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005